

Concurso público Cabral, Bernardo

BERNARDO CABRAL

21 FEV 1996

Neste País, se há alguma coisa que moraliza o serviço público é o concurso, é por meio do concurso que o pobre, o remediado e o rico podem chegar a exercer sua função, porque a convocação para o serviço público não é feita pelo nepotismo ou do afilhadismo público. O cidadão pode ser preto, branco ou amarelo, mas se ele tiver mérito, mérito a ser aferido por concurso, estará ingressando fatalmente no serviço público.

Custa-me muito a entender que o Presidente da República não se recorde de que esta é sem dúvida nenhuma uma das nossas maiores conquistas. Ele próprio foi um homem que esteve no serviço público graças a concurso. Eu mesmo fui promotor público por intermédio concurso. Não quis assumir porque precisava do título para concorrer a uma cátedra. Se não fosse o concurso público ninguém me daria o título, sr. Presidente. Como é que nós podemos dizer, numa mensagem presidencial, que isso dificulta, que isso é um dispositivo inibidor? O que o Presidente da República deveria ressaltar — que é o que faço agora — é que uma constituição ou uma lei que a complete não pode conter apenas uma situação emergencial da atualidade, mas sim escancarar uma porta para o futuro, a fim de regular da forma mais emergente a matéria abordada.

Ora, se se estava tratando de uma constituição, se o texto constitucional é uma coisa que se projeta para o futuro, não se pode evidentemente deixá-la ao sabor, ao alvêrio, ao gosto de quem está eventualmente no poder. Tanto assim o é que quando sua excelência não estava no Executivo, passava pela porta estreita do Legislativo, no convívio difícil com outros companheiros, que têm que dar a sua opinião, e portanto não é a sua, isolada, que decide. Sua excelência concordava que o serviço público é um fator disciplinador da boa conquista para a função pública.

Fui fundador do MDB e quando cheguei a esta Casa, aos 30 anos, em determinada noite, fomos à frente da Universidade de Brasília e o mais velho, Martins Rodrigues — talvez não tivesse a idade que tenho hoje, era o mais experiente — capitaneava Mário Covas, Paulo Macarini e Bernardo Cabral, alguns de braços dados para proteger os professores e alunos da universidade. Tomamos mangueira, gás lacrimogêneo e, pouco tempo depois, todos que lá estavam fomos cassados e perdemos 10 anos de direitos políticos.

Aquela altura estávamos no Legislativo defendendo a imprensa. Não sei porque maquinações algum poderoso descobriu que o ideal é não permitir que o Legislativo fique de mãos dadas com a imprensa ou a imprensa com o Legislativo. O ideal é deixar que a imprensa desmoralize o Legislativo, que é sempre uma das coisas da ditadura — desmoralizar o Legislativo e enfraquecer o Judiciário —, e a partir



daí, feita essa dicotomia, fica mais fácil cercear, coarctar o pulmão do povo brasileiro, que é o Legislativo, pois é aqui que vêm, desaguar todos os anseios e clamores populares.

Ora, quando o Legislativo está fechado, quando ele não funciona, a primeira consequência é o amordaçamento da imprensa. No dia em que essas duas forças se derem conta de que precisamos estar unidos e que não é por meio da desmoralização do parlamentar, dizendo que ele tem privilégios — diria até que são prerrogativas, mais do que privilégios. Agora mesmo, se diz que um senador ganha R\$ 40 mil; não sei para onde está indo a diferença do que me pagam, mas eu não recebo essa quantia.

O que precisamos é dar transparência ao Legislativo, acabar com aquelas coisas que são acopladas a quem porta o mandato, dizendo que se têm esta ou aquela vantagem. Que se dê um salário razoável, correspondente ao valor do parlamentar, e que se acabe com tudo. Eu não tenho nenhuma dificuldade nisso. Acho que todos nós aqui não viemos fazer disto profissão.

Sempre digo que o político o é por vaidade, por vocação ou por ambição. Se ele o é por vaidade, se quer gastar seu dinheiro para se eleger, muito bem, me ele o é por ambição, para fazer as suas negociatas com os bancos, com a Caixa Econômica, com o Banco Central, muito bem. Agora, os que são vocacionados, como tantos que aqui estão, acabamos sendo cassados ou sendo espezinhados por aqueles que têm interesse em liquidar com a instituição.

Há falhas no concurso público? Vamos corrigi-las. De que forma o concurso público pode ser aprimorado? Dele extirpando este ou aquele senão? Mas acabar? Nós vamos voltar ao passado quando os parlamentares estaduais faziam o seguinte: para segurança pública era nomeado como agente policial um beleguim qualquer que dispunha do prestígio do deputado estadual; e lá se colocava na segurança pública um homem absolutamente despre-

parado. Sei porque fui secretário da Justiça e encontrei comissários de polícia — à época eram chamados delegados — que não eram bacharéis em Direito. Hoje, é obrigado submeter-se a um concurso público para estar na segurança pública e por aí afora.

Ora, se nós ali eliminarmos isto, pior será. Se o Governo tem dificuldades em contratar pessoas altamente capazes... que o concurso público inibe, façamos exceção. Não custa nada. Esta Casa está sempre pronta a contribuir, até porque, quem exercita a chefia do Executivo é um ex-integrante desta Casa, que diga porque forma encontrou, uma vez que agora está com experiência do Executivo.

Neste ponto, realmente, não posso deixar de reconhecer que há uma falha presidencial, e falha talvez atribuída àqueles que estão com pressa, muita pressa de levar o Presidente da República a declarações como essa e ainda à de que o Governo vai reduzir encargos trabalhistas.

Ora, o Tribunal Regional do Trabalho acaba de anular o primeiro acordo nesse lugar. É evidente que alguém leva o Presidente da República a uma declaração dessa, que não deixa de ser precipitada, porque nessa hora de dizer que se reduz encargo trabalhista, porque o Sesc, o Senac, o Senai, o Sesi, o Sebrae são causadores da inflação, vamos inclusive retirar homens que vieram para a vida pública porque ingressaram pelo instituto como o Sesi. Cito o exemplo' do sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o eminente hoje líder do PT. O senador José Eduardo Dutra apoiava um discurso nosso, aqui, com vários apartes, sobre a manutenção desses chamados "Quatro Esses", porque o próprio Lula havia começado como torneiro-mecânico; mas aprendido por meio das escolas do Sesi.

Imagine-se se for levar a ferro e fogo essa história das propostas da mudança na legislação trabalhista, o que não haverá? Isto vai ser matéria para outro dia.

■ O senador **Bernardo Cabral**, do Amazonas, foi o relator-geral da Constituição de 1988